



ENTRE O SILÊNCIO E AS OPORTUNIDADES: SURDEZ, ENSINO E MERCADO DE TRABALHO

Adalgivane Lima Oliveira Matos¹

RESUMO

Conseguir um enquadramento laboral é um desafio para qualquer jovem que termina o Ensino Médio e almeja sua independência financeira. Para aqueles com algum tipo de deficiência, como a auditiva, isso pode ser mais complexo e envolver camadas sociais que não são visionadas pelos estudantes que não possuem nenhuma atipicidade ou, como nesse caso, alguma deficiência física. Frente a isso, este estudo, que se materializa sob a forma de um artigo, pretende discorrer sobre o contexto do estudante com deficiência auditiva que pretende colocar-se profissionalmente no mercado de trabalho frente à competitividade natural do meio laboral e ao universo desafiador que cerca o jovem com surdez. Desse forma, por meio de um levantamento bibliográfico com abordagem qualitativa, aprofunda a temática a fim de trazer contribuições para o campo da educação. Assim, fica evidenciado que há estratégias que priorizam a inclusão desses jovens no mercado de trabalho, mas, na prática, essa iniciação laboral é cerceada de preconceitos e obstáculos que precisam ser identificados a fim de se promover uma real imersão desses jovens na sociedade.

Palavras-chave: Surdez; Inclusão; Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

Getting a job is a challenge for any young person who finishes high school and longs for financial independence. For those with some type of disability, such as hearing, this can be more complex and involve social strata that are not seen by students who do not have any atypicality or, as in this case, some physical disability. In view of this, this study, which materializes in the form of an article, intends to discuss the context of the student with hearing impairment who intends to place himself professionally in the labor market in the face of the natural competitiveness of the work environment and the challenging universe that surrounds the young person with deafness. Thus, through a bibliographic survey with a qualitative approach, it deepens the theme in order to bring contributions to the field of education. Thus, it is evident that there are strategies that prioritize the inclusion of these young people in the labor market, but, in practice, this labor initiation is restricted by prejudices and obstacles that need to be identified in order to promote a real immersion of these young people in society.

Keywords: Deafness; Inclusion; Labor Market.

¹ Mestrado em CIENCIAS DA EDUCAÇÃO pelo UNIVERSIDADE AMERICANA ASSUNÇÃO, Paraguai (2016) - DIRETORA ESCOLAR do PERFEITURA MUNICIPAL - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, Brasil.



INTRODUÇÃO

Na cultura surda, as pessoas se identificam com a língua e a cultura da comunidade surda. Esta comunidade é heterogênea em termos de comunicação e uso da linguagem. O uso da língua de sinais marca a forma como eles se comunicam e se identificam como Surdos e membros de uma comunidade. Como explica Bone (2019), existem variações nas causas e no grau da perda auditiva, na escolaridade, no método de comunicação e na identidade dessas pessoas.

Nas últimas duas décadas, o termo surdo foi definido a partir de duas convenções: “Surdo” com S maiúsculo para se referir às pessoas que são membros da comunidade e cuja língua materna é a língua de sinais. Do ponto de vista médico, “surdo” com letra minúscula é usado para se referir a pessoas que sofrem de deficiência auditiva grave (FRIEDNER; KUSTERS, 2020). Essas variações influenciam a forma como o Surdo fará parte da sociedade, será educado e inserido no mundo do trabalho.

Os utilizadores da língua gestual fazem parte de um grupo linguístico e cultural minoritário. A comunidade compreende identidades variadas e fluidas, bem como categorizações medicalizadas, diversidade tecnológica (uso de aparelhos auditivos), preferências e habilidades linguísticas (língua de sinais, língua falada ou bilíngue). As pesquisas neste campo costumam ser bastante variadas; há uma grande quantidade de pesquisas baseadas na reabilitação linguística com o objetivo de “corrigir” o “déficit” da surdez (FERNDAL, 2018). Essa concepção do Surdo como pessoa “doente” devido à sua condição tem prevalecido na perspectiva clínico-terapêutica que busca integrar essas pessoas ao mundo dos ouvintes (BIANCO, 2020). O exposto coloca os Surdos em uma condição de exclusão e imposição linguística que busca que eles aprendam línguas orais.

A comunidade Surda baseia sua cultura na língua de sinais, que contém uma gramática própria muito diferente da das línguas orais. Nessa linha, o fenômeno da Surdez busca reafirmar aspectos como a diferença que convida ao reconhecimento de como outras pessoas podem perceber e estar no mundo (Johnson et al., 2020).



Para os Surdos, a comunicação com os ouvintes é uma barreira constante à socialização que surge naturalmente devido ao uso de diferentes línguas. Acima de tudo, no contexto educativo onde o desenvolvimento das competências linguísticas, emocionais e sociais dos alunos está largamente comprometido (LUFT, 2018). Portanto, as estratégias de comunicação e formação mais eficazes centram-se na utilização da linguagem de sinais que no Brasil se chama LIBRAS.

No contexto brasileiro existe uma figura chamada “modelo linguístico” que cumpre a função de entregar bagagem cultural. Deve ser uma pessoa cuja língua nativa seja a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). O seu trabalho estende-se também à esfera cultural; eles têm o conhecimento implícito de ser e viver como Surdos, de forma que o manifestam e transmitem. Deste modo, acompanha os alunos Surdos em seu processo educacional e os esclarece sobre a cultura e a identidade Surda, o que é benéfico, pois contribui para o desenvolvimento cognitivo, socioemocional e linguístico dos Surdos.

O ensino superior é uma das principais necessidades gerais do país. Os Surdos têm mais necessidades nesta área em comparação com os ouvintes graças às desigualdades que ocorrem em parte devido à privação de direitos sociais e às barreiras do sistema educativo nacional (JAMES et al., 2022). As leis impostas para o ensino superior no Brasil são limitadas e rígidas devido à falta de informação, estudos e análises das capacidades e condições de todos os candidatos à formação profissional.

Desta forma, é importante abordar o problema da inclusão educacional da população Surda considerando todos os aspectos que envolvem o contexto desta comunidade. Para isso, dois problemas devem ser considerados principalmente: a interação aluno-educador que ocorre devido às barreiras de comunicação entre os surdos-ouvintes e a interpretação e compreensão da linguagem escrita que prejudicam o desempenho acadêmico dos alunos e até mesmo os processos de admissão no ensino superior e no mercado de trabalho (SANTIAGO, 2011). Assim, este estudo almeja discorrer sobre o contexto do estudante com deficiência auditiva que pretende colocar-se profissionalmente no mercado de trabalho frente à competitividade natural do meio laboral e ao universo desafiador que cerca o jovem com surdez.



O CONTEXTO EDUCATIVO

Segundo números do Censo Escolar² de 2016, registra-se que o Brasil possui, na educação básica, 21.987 estudantes surdos, 32.121 com deficiência auditiva e 328 alunos com surdocegueira. Isso significa que o:

[...] aluno tem seu direito garantido à matrícula e o apoio vem com o intérprete educacional, a sala de recursos, o ensino de Libras e o ensino de português como segunda língua para os surdos”, explica a coordenadora. “Todo esse conjunto de apoio é fornecido pela educação especial (BRASIL, 2017, s/p).

Além disso, para os Surdos é uma necessidade latente facilitar o ingresso no ensino superior focado em princípios de igualdade e reconhecimento da diversidade linguística e cultural, a partir do dogma das capacidades e potencialidades das pessoas. A educação é, portanto, um dos meios mais importantes para que eles se desenvolvam de forma integral em diferentes contextos, como o local de trabalho (SILVA et al., 2015).

Acima de tudo, considerando que atualmente a adoção de abordagens de tecnologia híbrida está cada vez mais presente, seguindo os princípios do design universal e pode ajudar a integrar o acesso à educação e à alfabetização em língua de sinais, mediada pela formação de professores, famílias e pelo uso de tecnologias digitais. Muitas vezes, os Surdos não se adaptam ou são segregados em decorrência da pouca inclusão que têm nos âmbitos educacional, laboral, cultural e social. Embora o governo reconheça a necessidade de incluir estas populações no sistema educativo e de fornecer o apoio necessário para entrar e permanecer no sistema educativo, os esforços baseados em leis, programas e impacto de inclusão educacional não têm sido suficientes. Isso ocorre porque as instituições de ensino podem não ter formação ou apoio para fornecer a esses alunos a instrução necessária (EVANGELISTA et al., 2014)

Como sociedade, é importante equipar a força de trabalho humana através da educação e da formação para alcançar objetivos de desenvolvimento

² Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33784#:~:text=Atualidade%20E2%80%9320N%C3%BAmeros%20do%20Censo%20Escolar,e%20328%20alunos%20com%20surdocegueira>. Acesso em: 10 maio 2024.



comuns. Isso não é estranho aos Surdos, o desenvolvimento de mais capacidades nos Surdos significa incluí-los na sociedade numa perspectiva educacional e de trabalho, além da multialfabetização por meio da língua de sinais (Kalar-gyrou et al., 2020).

Nas palavras de Vega et al. (2014), é evidente a necessidade de desenvolver mais pesquisas que permitam o desenho e implementação de estratégias educacionais, sociais e de trabalho que promovam a comunicação e, portanto, a interação de pessoas com problemas auditivos. Além disso, há que promover o desenvolvimento científico e tecnológico nesta área.

O acesso dos surdos ao trabalho proporciona às organizações do país incentivos como a redução de impostos para a contratação de pessoas com deficiência. Porém, as empresas tendem a ficar para trás nas contratações devido à falta de programas voltados à inclusão laboral dessa população. Em estudos relacionados, foi demonstrado que há resistência à adaptação dos locais de trabalho, bem como à redução ou eliminação de barreiras de informação e comunicação para pessoas Surdas. Além disso, os preconceitos em relação aos Surdos, somados aos altos custos que as organizações devem incorrer, influenciam na falta de oportunidades e na inclusão laboral destes nas organizações. Esta é uma limitação no desenvolvimento da autonomia e independência dos Surdos (MORALES, 2015).

A inclusão laboral está intimamente ligada à inclusão educacional dos Surdos. O acesso à educação e, conseqüentemente, a aquisição de competências impactarão positivamente o desempenho profissional dos Surdos no futuro (MORALES, 2015). Pois bem, estima-se que a maioria dos empregos em que os Surdos atuam correspondem a empregos operacionais com remuneração salarial insuficiente e informalidade. Dessa forma, a necessidade de a comunidade Surda no país aprender e ensinar em igualdade de condições se reflete como consequência do baixo nível educacional e da dificuldade de acesso a oportunidades educacionais, sociais, de comunicação e de trabalho (ELEWEKE; RODDA, 2002).

A IBRAS (Língua Brasileira de Sinais) é a língua utilizada pela comunidade surda no Brasil. Trata-se de uma língua visual-gestual, na qual a comunicação é realizada por meio de gestos, expressões faciais e movimentos corporais. Assim como qualquer outra língua natural, a LIBRAS possui sua própria



gramática e estrutura linguística, com vocabulário e sintaxe próprios. A aquisição desta é determinada pelo acesso, ou seja, pela forma como aprendem esta língua, que por sua vez está ligada à língua materna.

Segundo Jorge e Saliba (2021), quando a língua materna coincide com o ambiente onde o menino ou a menina vive, o desenvolvimento da linguagem é favorecido quando ele ingressa na escola, ao contrário, se a língua materna do ambiente da criança surda for oral; o desenvolvimento da língua de sinais ficará a cargo do modelo linguístico, de acordo com a vontade da família. Por esta razão, a alfabetização das crianças surdas é também uma necessidade fundamental, uma vez que as fracas competências de letramento são uma das principais razões pelas quais não concluem o ensino superior.

Para apoiar a comunicação dos Surdos através da linguagem de sinais, o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas tem aumentado, a fim de reduzir as barreiras de comunicação entre Surdos-ouvintes que muitas vezes afetam o seu desenvolvimento pessoal. Estes incluem ferramentas humanas (intérpretes de língua de sinais), ferramentas televisivas (legendas), sistemas de reconhecimento (da linguagem oral para a língua de sinais) e software e plataformas virtuais (VEGA et al., 2014).

Com isso, fica evidente a importância da aplicação de ferramentas de comunicação baseadas na língua de sinais que respondam às reais necessidades das pessoas Surdas, além de serem de fácil utilização, de fácil acesso tanto para os Surdos quanto para seus familiares e instituições de ensino. Em resumo, de um ponto de vista geral, as necessidades da comunidade surda centram-se em questões de inclusão educativa, especialmente a inclusão no ensino superior, subsequentemente acessibilidade a melhores oportunidades de trabalho, alfabetização e desenvolvimento de ferramentas tecnológicas para apoiar a sua comunicação.

INTERAÇÃO COMUNICATIVA

Um dos princípios estabelecidos na *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos* (UNESCO, 1998), é o direito que cada comunidade linguística tem para dar forma à vida em sua língua própria e em todos os âmbitos. No caso da população surda, no que tange ao usuário da língua de sinais, é necessário definir



o que se entende por isso, então, uma diferença do que comumente se entende por línguas, esta se apresenta em um formato viso-gestual.

Segundo Oviedo (2002), a língua de sinais se usa quando o canal visual está totalmente habilitado, é dito, quando o usuário pode ver tudo o que passa em seu redor e usa, em consequência, suas mãos para representar o mundo que ele rodeia.

Deste modo, a aquisição do idioma de línguas, como a LIBRAS, é determinada pelo acesso a este, entendendo como a forma em que se aprende o idioma. Nesse sentido, cabe considerar o conceito de língua materna, como aquela que falam os pais, que é o que mais precocemente favorece o desenvolvimento da língua como ferramenta do pensamento e de acesso à cultura (UNESCO, 2012; UNICEF, 2013).

Se a língua materna coincidir com o ambiente onde vive o menino ou a menina, favorecerá o desenvolvimento da língua ao ingressar na escola e, de forma paralela, a aquisição de habilidades, que, em algumas oportunidades, redundará em influências no desempenho de um ofício ou ocupação e no contexto laboral em que se tem que encontrar a pessoa posteriormente.

Agora bem, segundo Ingstad e Reynolds (1995), o não acesso a uma língua materna desde os primeiros meses de vida de um ser humano poderia considerar uma forma de violência e por fim, a negação do acesso à cultura e a possibilidade de uma identidade própria.

Neste ponto, pode-se problematizar que: Quais possibilidades de diálogo simétricas podem ser geradas entre uma pessoa que você acessa sua língua materna em uma cultura ocidental e uma pessoa surda, que tem acesso à língua falada em condições de institucionalidade?

INCLUSÃO LABORAL

A inclusão laboral pressupõe a consideração de diversos aspectos do desempenho da ocupação humana com miras para obter uma remuneração no contexto da população com incapacidade. Os organismos internacionais, como a Organização Internacional para o Trabalho (OIT, 2013), que abordam desde 1925 o tema, estabelecem que há inclusão laboral quando, ao realizar um trabalho, proporcionam condições de liberdade, equidade, dignidade e segurança



humana. No entanto, essas diversas organizações reconhecem que pessoas com deficiência enfrentam situações de margem social quando desejam conseguir um emprego.

Os organismos internacionais tentam harmonizar essas situações de emergência social por meio de convenções e recomendações. Uma das recomendações mais difundidas neste sentido consiste em incentivos como a restituição de impostos aos empresários que contratam pessoas com deficiência.

Desde uma concepção geral do pacto social, todo ser humano deve ser produtivo, então pena de converter-se em uma carga para o conjunto da sociedade. Dessa forma, em alguns textos, se faz referência à "carga social de incapacidade" sobre uma pessoa com deficiência ou nunca que foi transportada produtivamente, mas também requer inversão em serviços de saúde e proteção social para ele longo de toda sua vida.

Desde uma imagem alegórica, a não inclusão laboral das pessoas com deficiência poderia ser vista como um vazio na coesão social que representa uma brecha para o acesso ao status de adulto e, no caso das pessoas surdas, esta situação constitui uma séria limitação no desenvolvimento de sua autonomia e independência.

Por outro lado, um contrato de emprego ou trabalho remunerado sem apoio, é dito, sem considerar ajustes razoáveis anteriores para acessibilidade em atitudes e disposições flexíveis, não possibilita a plena inclusão social, já que, por exemplo, a pessoa surda teria um acesso limitado na informação, no cuidado de intérpretes ou sinalização em ambientes cotidianos como a casa, a rua, o metrô e outros espaços, incluindo os laborais.

Logo, tenciona-se sobre os elementos adicionais aos benefícios de redução de impostos podem cultivar nos empresários a intenção de gerar mais e melhores opções de inclusão laboral para as pessoas surdas. Além disso, quais as motivações levam aos empresários e, em geral, à cadeia produtiva de uma sociedade a não contratar ou contratar em menor medida às pessoas com deficiência auditiva? Ao encontrar histórias interrogativas no marco do presente texto também devemos nos perguntar: quais são os imaginários do profissional de trabalho ou não há construções sobre a população surda?



Para seguir o tema, queremos entender que, desde o ponto de vista cultural, os surdos constituem outra cultura. Assim, considera Tovar (2004, p. 15), ao expressar que para " [...] além da língua, o não-compartir com os olhos, muitas atividades que dependem do ouvido, leva a formas de vida que são peculiares aos surdos de um determinado país, o que faz com que para desenvolver uma identidade própria individual e grupal". Com o anterior se reafirma o conceito da linguagem como ferramenta de acesso à cultura e construção da identidade.

Seguindo estas premissas, para Rojas (2009) as pessoas surdas se veem a si mesmas como parte de um grupo social que não compara elementos em comum com a cultura ouvinte. Justamente, neste contexto, resulta relevante o termo imaginário, que alude a uma maneira de perceber e interpretar a realidade. Assim, essas pessoas compartilham uma cultura desde o desenvolvimento de uma inteligência visual, o que se manifesta como um conjunto de ícones físicos ou virtuais que se difundem através de diversos meios e interagem com as representações mentais.

Logo, se deseja esclarecer que a língua de sinais não é universal e que existe como ocorre com as línguas faladas e línguas de sinais distintas, observamos a língua Colombiana (LSC), Chilena (LSCH), Americana (ASL), Francesa (LSF), Japonesa (JSL) e Brasileira (LIBRAS).

Nesse sentido, é claro que o imaginário de comunicação está ligado às "relações de sentido" construídas na vida cotidiana das pessoas, na "comunicação que nós fazemos ser ante os demais e ante nós mesmos" (Vizer, 2001), e neste caso, na inter-relação de componentes próprios da cultura surda em áreas como linguagem, identidade, valores, regras de interação social e tradições (MARRÍN, 2008). É inegável que, então, há um imaginário de comunicação diferenciado: por um lado, o trazido pela cultura ocorre em uma língua áudio-vocal e, por outro lado, o de uma cultura surda em uma língua de sinais viso-gestuais.

A situação diferenciadora antes descrita contém tensões entre o que chamaremos o imaginário de comunicação individual e coletivo (BENEDICT, 1995; CLAROS, 2008) que se evidencia como um medo, quando, por exemplo, se encontra a um ou um surdo que, seguindo um desenvolvimento educativo típico, termina seus estudos preparatórios e acessa a educação superior, em alguns casos com interpretação, para finalmente entrar no mercado laboral.



Como pode ser visto, a tensão do imaginário na comunicação individual e coletiva tem uma conotação, em primeiro lugar, no acesso pleno à informação, e isso ocorre porque a eleição acadêmica é sujeitada para posicionar melhor as pessoas surdas em forma limitada à demanda do mercado trabalhista.

Em segundo lugar, o imaginário de comunicação individual mostra um duplo medo ao tratar um dos campos invisibilizados ao respeito, como é a inclusão da diversidade auditiva no mercado laboral. Concretamente, ela se aplica às cifras de desempenho na América Latina da população econômica ativa, onde o artesão, técnico, conhecedor de ofícios ou profissional surdo não é sempre considerado parte dos mesms, através de uma inclusão laboral com remuneração simétrica que se equipara a seus homólogos (ESCOBAR, 2007).

Nesse momento possível, simetria e compreensão das tensões entre a comunicação individual e coletiva gerada entre a cultura predominante e a cultura surda minoritária, ou seja, situações interculturais poderiam ser criadas para promover modificações no imaginário.

Se entende por uma situação intercultural que enfatiza a interação, a comunicação, a negociação e o enriquecimento entre formas culturais diversas (AGUADO, 2005). Neste caso, o intercâmbio cultural entre usuários de língua de sinais e olhos desde a diferença cultural do indivíduo e do grupo como foco de interação, como a riqueza ao negociar significados de que possibilita diálogos simétricos onde prime o respeito e se legítimo ao colocar-se imaginativamente em seu lugar- a persona surda como um sujeito de desejos e necessidades.

Ser sujeito a desejos e necessidades não implica ter limitações no desenvolvimento da autonomia e independência, como foi mencionado antes. Por isso, faça sentido quando chegar ao plano de uma concepção de qualidade de vida, pois as pessoas podem refletir em diferentes circunstâncias e condições de vida desejadas.

As condições de vida deseables foram estruturadas em torno de outras dimensões fundamentais do desenvolvimento humano, sobre as quais giram a vida de todo ser humano na cultura ocidental. Estas dimensões são: bem-estar emocional, relações interpessoais, bem-estar material, desenvolvimento pessoal, bem-estar físico, autodeterminação, inclusão social e direitos (VERDUGO; SCHALOCK, 2001).



Neste marco de referência, a simetria laboral transcendeu a dimensão da inclusão social e está em relação direta com o bem-estar material que inclui acesso a bens e serviços (vivência, saúde e recreação, entre outros) e impacta as demais dimensões da qualidade de vida. Conseqüentemente, um trabalho tem impactado as possibilidades do bem-estar emocional, contribuindo para a melhoria das relações interpessoais, assim como o desenvolvimento pessoal, o bem-estar físico para a capacidade de autodeterminação e exercício de direitos.

Agora bem, o panorama de qualidade de vida nos ajuda a dimensionar a forma em que os imaginários de comunicação repercutem no campo da surdez, concretamente, em vidas cotidianas e participativas da vida em sociedade para gerar, como resultado, condições de vida desejadas, segundo argumenta Verdugo (2004). Logo, a qualidade de vida não é enfatizada apenas no emprego ou no treinamento profissional, mas também em atividades sociais e interpessoais, educativas e de trabalho que exigem grande quantidade de treinamento integrado.

A partir desta perspectiva, propõe-se um trabalho conjunto para transformar o imaginário de comunicação, de modo que haja uma simetria laboral efetiva, que inste situações interculturais por meio de interações que recriam diálogos com o outro, para um desenvolvimento positivo do modelo de qualidade de vida, de forma positiva na autodeterminação, autorrealização em diferentes contextos como educação, trabalho, trabalho e na transição para o papel de adulto das pessoas surdas (VERDUGO, 2004).

Concluindo, é preciso um imaginário individual e coletivo (ZAVALA, 2013), que permite disposições flexíveis, para realizar ajustes desde ações de acessibilidade e atitudes, em situações interculturais que ocorrem no lugar das culturas (ouvinte e não ouvinte), baseados por suposto no respeito simétrico e que permitem a inclusão social, reconhecendo a população como um ator de comunicação culturalmente válido.

Nesta ordem de ideias, é importante articular a inclusão social em harmonia com os esportes realizados por organismos internacionais e locais. Assim, são feitas alianças com os empresários para o desenvolvimento ativo da economia, ao contratar pessoas como usuárias de língua de segurança, como uma via que permite criar determinadas situações de qualidade de vida, em resposta aos desejos de autodeterminação e autorrealização em diferentes contextos. da



população (VERDUGO, 2004). Isso envolve necessariamente uma mudança no imaginário de outras direções, uma das quais, como se tem reiterado, é a inclusão laboral.

Desta forma, poder-se-á avançar na construção de uma sociedade democrática que está aberta às diversidades de maneira respeitável. Os imaginários sobre a inclusão laboral na diversidade apontam mais para a multiculturalidade do que para a interculturalidade, e esse, precisamente, é o desafio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A surdez não deve ser vista como uma limitação, mas sim como uma característica que enriquece a diversidade humana. No entanto, a falta de acesso à educação de qualidade e oportunidades no mercado de trabalho continua a ser um desafio significativo para muitas pessoas surdas em todo o mundo. Para superar essas barreiras, é fundamental promover a inclusão desde cedo, garantindo o acesso à educação bilíngue (por meio da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - e do Português) e a recursos de apoio, como intérpretes e tecnologias assistivas.

Além disso, é essencial que as empresas e empregadores reconheçam o valor das pessoas surdas e criem ambientes de trabalho inclusivos, onde todos tenham a oportunidade de contribuir e prosperar. Isso envolve oferecer treinamento em comunicação e sensibilização, adaptar o ambiente de trabalho conforme necessário e fornecer recursos de suporte, como intérpretes de LIBRAS e tecnologias de comunicação.

Ao promover a inclusão no ensino e no mercado de trabalho, não apenas estamos oferecendo oportunidades iguais para as pessoas surdas, mas também estamos enriquecendo nossas comunidades e organizações com a diversidade de perspectivas, habilidades e experiências que elas trazem. É uma questão de justiça social, mas também de reconhecimento do potencial humano em sua plenitude. Portanto, ao trabalhar juntos para eliminar barreiras e criar ambientes verdadeiramente inclusivos, estamos construindo um futuro mais equitativo e próspero para todos.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUADO, T. La educación intercultural en la práctica escolar. Investigación en el ámbito español. XXI, **Revista de Educación**, 43-51. ISSN: 1575-0345, 2005. Universidad de Huelva, España.

BENEDICT, A. **Comunidades imaginadas**. México D.F.: Fondo de Cultura Económica. 1995.

BIANCO, J., Ideologies of sign language and their repercussions in language policy determinations, <https://doi.org/10.1016/j.langcom.2020.09.002>, **Language & Communication**, 75, 83-93 (2020)

BONE, T. A., No one is listening: Members of the Deaf community share their depression narratives, <https://doi.org/10.1080/15332985.2018.1498045>, **Social Work in Mental Health**, 17(1), 1-22 (2019)

CLAROS, R. **La desmitificación de la educación de sordos: hacia una pedagogía de éxito**. El Salvador: Ministerio de Educación. 2008

ELEWEKE, C. J.; RODDA, M., The challenge of enhancing inclusive education in developing countries, <https://doi.org/10.1080/13603110110067190>, **International Journal of Inclusive Education**, 6(2), 113-126 (2002)

EVANGELISTA, Franceli Fernanda Gularte; SOUZA, TFC; TOZZO, C. A inclusão do surdo no mercado de trabalho de acordo com sua capacidade profissional. **Revista Ensaios & Diálogos**—Nº7, 2014, p. 49-57.

FERNDALE, D., “Nothing about us without us”: navigating engagement as hearing researcher in the Deaf community, <https://doi.org/10.1080/14780887.2017.1416802>, **Qualitative Research in Psychology**, 15(4), 437-455 (2018)



FRIEDNER, M.; KUSTERS, A., Deaf Anthropology, <https://doi.org/10.1146/annu-rev-anthro-010220-034545>, **Annual Review of Anthropology**, 49(1), 31-47, 2020

INGSTAD, B.; REYNOLDS S. **Disability and Culture**. Los Angeles: University of California. 1995.

JAMES, T.G.; MCKEE, M.M., y otros seis autores, Community-Engaged Needs Assessment of Deaf American Sign Language Users in Florida, 2018, <https://doi.org/10.1177%2F003335492111026782>, **Public Health Reports**, 137(4), 730-738 (2022)

JOHNSON, S., STAPLETON, L.; BERRETT, B., Deaf Community Cultural Wealth in Community College Students, <https://doi.org/10.1093/deafed/enaa016>, **Journal of Deaf Studies and Deaf Education**, 25(4), 438-446 (2020)

JORGE, Camila; SALIBA, Graciane Rafisa. A inserção do surdo no mercado de trabalho, frente às políticas públicas de inclusão. **Revista Direitos Culturais**, 2021, vol. 16, no 38, p. 159-174.

KALARGYROU, V., KALARGIROS, E.; KUTZ, D., Social Entrepreneurship and Disability Inclusion in the Hospitality Industry, **International Journal of Hospitality & Tourism Administration**, 21(3), 308-334 (2020)

LUFT, P., Reading Comprehension and Phonics Research: Review of Correlational Analyses with Deaf and Hard-of-Hearing Students, <https://doi.org/10.1093/deafed/enx057>, **Journal of Deaf Studies and Deaf Education**, 23(2), 148-163 (2018)

MARÍN, J. L. **Identidad y cultura sorda. Conferencia presentada en la I Jornada para padres, docentes y administradores de la Región Metropolitana**. Santiago, Chile. 2008.



MORALES, G., Diversidad auditiva: imaginarios sociales e inclusión laboral: Una aproximación intercultural, <http://doi.org/10.17081/psico.18.34.511>, **Psicogente**, 18(34), 364-371 (2015)

OIT (22 de 06 de 2013). Disponível em: http://www.ilo.org/santiago/sala-de-prensa/WCMS_215246/lang--es/index.htm. Acesso em 10 de set. de 2023.

OVIEDO, A. **Apuntes para la gramática lengua de señas colombiana**. Colombia, Cali: Universidad del Valle. 2002.

ROJAS, M. **Los cien nombres de América**. España, Barcelona: Lumen. 2009.

SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres. **A participação dos surdos no mercado de trabalho**. Anhanguera Educacional, 2011.

TOVAR, L. La necesidad de planificar una norma lingüística. En Lengua de señas para usos académicos. Universidad del Valle, Cali, Colombia, Escuela de Ciencias del Lenguaje, **Revista Lengua y Habla**, 8, 1-31, 2004.

UNESCO. **Declaración Universal de los Derechos Lingüísticos**. 1998.

UNESCO. Pertinencia cultural para mejorar los aprendizajes. **Educación y Cultura**. 2012.

UNICEF. **Estudio sobre la situación de los niños y las niñas con discapacidad en España**. Comité Español. 2013.

VERDUGO, M. A.; SCHALOCK, R. L. **El concepto de calidad de vida en los servicios humanos**. IV Jornadas Científicas de Investigación sobre Personas con Discapacidad. Salamanca: Universidad de Salamanca, España. 2001.

VERDUGO, M. A. (2004). **II Congreso Internacional de Discapacidad Intelectual: Enfoques y realidad: Un desafío**. Colombia, Medellín: Salamanca: Publicaciones del Inicio. 2004.



VIZER, E. (2001). **La trama (In)visible de la vida social: Comunicación, sentido y realidad**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires. 2001.

ZAVALA, F. La deuda pendiente del cine y la TV con los sordos en Chile. **El Mercurio**, p. 6. 2013.